



Depois de um 1º governo marcado por um escândalo, da popularidade em mais de 80% e da prisão, nova gestão deve ser de mais espaço para aliados

A terceira vida de Lula como presidente do Brasil

» VICTOR CORREIA
» FABIO GRECCHI

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva chega ao inédito terceiro mandato, que começa em 1º de janeiro de 2023. Ao longo de boa parte da campanha eleitoral, ele remeteu seu futuro governo ao passado, sobretudo à segunda gestão — quando surfou na boa onda da economia mundial e, ao passar a faixa presidencial para a sucessora Dilma Rousseff, seguia para uma aposentadoria temporária com a popularidade de mais de 80%. Quase esteve de volta ao governo pelas mãos da própria ex-presidente, mas foi abatido pela condenação — hoje anulada —, seguida de prisão, na Operação Lava-Jato. No discurso da vitória,

ontem, em um hotel em São Paulo, Lula deixou claro que todas as forças que estiveram com ele nessa corrida eleitoral serão contempladas no futuro governo. Assim, haverá nações expressivos de poder para o MDB que apoiou a ele e à senadora Simone Tebet (MS), assim como é certa uma vasta participação do PSB do vice-presidente Geraldo Alckmin e, até mesmo, para o Avante do deputado reeleito André Janone (MG). Outros atores de peso devem se somar ao governo ou à base no Congresso, como o PSD de Gilberto Kassab, e não se afasta nem a hipótese de parcelas do Centrão acenarem para o presidente eleito. Em relação ao PT, será instado a aceitar a divisão do poder que sempre procurou acumular.

Da carta à herança maldita

A situação atual, em que Lula claramente segue na direção do centro, contrasta com a de 2002, quando chegou pela primeira vez à Presidência. Apesar de já ali tentar trabalhar com outros atores políticos que não só os petistas — a Carta aos Brasileiros, na qual deixou clara a intenção de manter a política econômica que vinha sendo desenvolvida pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) — foi tida como fundamental para que conquistasse apoio dos eleitores de centro. O curioso é que Lula venceu o ex-ministro da Saúde José Serra, candidato de FHC, até hoje considerado um dos mais competentes à frente da pasta, e que legou ao brasileiro o medicamento genérico.

Mesmo com a Carta aos Brasileiros, Lula e seus ministros insistiam que tinham herdado uma “herança maldita” de FHC. Os indicadores econômicos caminhavam para números animadores: de 2003 a 2006, a inflação despenhou de 12,53% para 3,14%. Também houve forte crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), impactado, entre outros fatores, por um aumento no valor das commodities no mercado internacional.

Nas políticas sociais, carro-chefe dos governos petistas, Lula implementou o programa Fome Zero e o Bolsa Família, que uniu e ampliou quatro projetos existentes no

governo FHC. Nas relações internacionais, fomentou novos acordos de comércio, aumentou a abertura do mercado brasileiro e aumentou o volume de exportações.

Mensalão

Em 2005, o governo de Lula esteve perto de ser abreviado pelo escândalo do Mensalão. O esquema de compra de deputados federais para que votassem conforme os interesses do Palácio do Planalto veio à tona depois que Maurício Marinho, um afilhado político de Roberto Jefferson — então apoiador do governo — que ocupava um cargo no segundo escalão dos Correios, foi filmado recebendo propina em dinheiro vivo de um empresário que extorquia.

Percebendo que o Palácio do Planalto lhe dera as costas, Jefferson denunciou o esquema e mirou no então ministro da Casa Civil, José Dirceu — que já ali era tido como o nome de Lula para sua sucessão. Ele deixou a pasta mais importante do governo e retomou o mandato de deputado federal, para tentar evitar que o escândalo subisse a rampa do Palácio do Planalto. Não conseguiu. Foi cassado, assim como Jefferson, que perderia o mandato logo depois. Outras 40 pessoas foram responsabilizadas, entre elas

Alta popularidade e prisão

Uma vez reeleito, Luiz Inácio Lula da Silva surfou numa onda que seu governo ajudou a erguer, mas que foi muito favorecida pela circunstância da economia mundial. No plano interno, com uma economia estabilizada, pôs em prática o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) — um conjunto de investimentos em infraestrutura para projetos de saneamento, construção de portos, aeroportos, rodovias e ferrovias, entre outras obras.

O PIB brasileiro teve um período de grande crescimento, o que abriu portas, junto com a diplomacia do Itamaraty, para o ingresso do país em dois blocos importantes econômicos: o BRICS — que ajudou a formatar com a Rússia, a Índia, a China e a África do Sul —, e o G20 — que reúne as 20 maiores economias mundiais. A bonança econômica também permitiu maior investimento nas políticas sociais, como programas para a educação.

Em 2009, Lula recebeu a consagração internacional ao ser classificado como “o cara” por ninguém menos que o então presidente dos Estados Unidos, Barack Obama. O elogio foi e um encontro do G-20 e, sempre que pode, o petista lembra disso como um dos trófeus do segundo mandato.

Com Dirceu abatido pelo plano mensalão, Lula trouxe para a

cena sua então ministra das Minas e Energia e, depois, da Casa Civil, Dilma Rousseff. Vendeu-a como uma pessoa técnica e competente e, ao conseguir fazê-la sucessora, passou-se a dizer que o petista conseguiria eleger até “um poste”, tamanha era sua popularidade. De fato, ele passou a faixa no Palácio do Planalto com mais de 80% de aprovação popular.

Petrolão

Se Dilma começou bem o primeiro mandato, desfrutando da boa memória deixada por Lula, no final da gestão estava em dificuldades por causa da economia. Especulava-se, então, que o petista voltaria à cena para sucedê-la — embora ele sempre tivesse negado isso. A ex-presidente conseguiu o segundo mandato em uma disputa difícil contra Aécio Neves (PSDB) e depois de Eduardo Campos (PSB), que era apontado como um nome de peso na disputa, morrer em um acidente aéreo em Santos (SP). Marina Silva assumiu uma candidatura abalada pelo desaparecimento precoce do ex-governador de Pernambuco.

Dilma foi reeleita e Lula, mais uma vez, esteve para voltar ao governo — agora como ministro palaciano. Porém, aquilo que sou

Ricardo Stuckert



Lula trouxe para perto Marina Silva, de quem tinha se afastado



Lula, D. Mariza, Dirceu e Gilberto Gil: alegria pré-mensalão

velhos companheiros de sindicalismo de Lula, como Luís Gushiken — que, tempos depois, concluiu-se que não tinha nada a ver com o esquema.

Sobre o mensalão, Lula fez um pronunciamento que foi transmitido ao vivo pela rede de tevê. Reuniu todo o ministério na Granja do Torto e eximiu-se de qualquer responsabilidade pelo escândalo. Disse, inclusive, que não sabia de coisa alguma.

Ainda assim, Lula partiu para defender seu governo e, quando muita gente não esperava,

conquistou a reeleição sobre Geraldo Alckmin — hoje vice-presidente eleito. Já ali o então tucano foi vítima da primeira fake news de peso em uma eleição presidencial brasileira: os petistas disseminaram nas redes que ele privatizaria a Petrobras, algo que passou a negar veementemente na campanha. Porém, esse assunto contaminou de tal forma o debate que facilitou a vitória do petista e obrigou Alckmin a, permanentemente, dar explicações para algo que jamais cogitou fazer.

CHRIS WATTIE



Ao obter o 2º mandato, foi elogiado por Obama em reunião do G20

como uma manobra à época foi abatido por um grampo telefônico que veio à tona, vazado pelo então juiz da Operação Lava-Jato Sergio Moro — hoje senador eleito do Paraná pelo União Brasil. A ideia seria dar foro especial ao petista, que já estava entre os apontados como ativo participante do Petrolão, o esquema de corrupção dentro da Petrobras que envolveu vários indicados por partidos políticos que apoiavam Dilma no Congresso.

Na sequência, Lula foi preso

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Ninguém enfrenta os novos desafios sozinho

Dono de um inédito terceiro mandato, com 59.563.912 votos (50,83% dos votos válidos), contra 57.675.427 votos (49,17% dos votos válidos) de Jair Bolsonaro (PL), o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva tem diante de si um desafio muito, mas muito maior mesmo, do que aquele que enfrentou ao ser eleito pela primeira vez, em 2002. Naquela época, seu governo sinalizava avanço social no combate à pobreza, num ambiente saudável de reorganização da vida institucional e econômica do país, que herdou do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Agora, não. Está diante de uma ruptura com as políticas de governo já em curso, protagonizada pelo atual presidente, que é o primeiro a não se reeleger, desde 1997, quando foi instituída a reeleição.

A vitória de Lula foi muito apertada, obtida às 19h56 de ontem, quando 98,91% das urnas já estavam apuradas e era impossível reverter o resultado, apurados 117.305.567 votos válidos. Foram registrados 1.751.415 votos brancos (1,43%) e 3.889.466 votos nulos (3,16%). A abstenção chegou a 20,90%.

Destaca-se a atuação do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Alexandre de Moraes, que matou no peito todas as turbulências do dia da votação, sobretudo a atuação de setores das forças policiais com claro propósito de dificultar o acesso às urnas da população mais propensa a votar no petista. No final do dia, minimizou as ocorrências e proclamou o resultado oficial.

A vitória apertada de Lula não tisna a envergadura da mudança que significa, porque praticamente retoma o fio da história interrompido com a impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), com duas preocupações: a centralidade das políticas de combate à pobreza e a pacificação do país.

“Não interessa a ninguém viver numa família onde reina a discórdia. É hora de reunir de novo as famílias, refazer os laços de amizade rompidos pela propagação criminoso do ódio. A ninguém interessa viver em um país dividido, em permanente estado de guerra”, disse.

Embora o silêncio de Bolsonaro seja uma preocupação, o establishment político reagiu de forma muito positiva. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), logo após o resultado, reconheceu a vitória de Lula e defendeu a pacificação do país. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), foi na mesma linha.

Bolsonaro, ao não reconhecer imediatamente a vitória de Lula, sinaliza dificuldades na transição para o novo governo. Entretanto, Lula conta com amplo apoio das instituições e uma solidariedade internacional muito robusta, simbolizada pelo rápido reconhecimento de sua vitória pelo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden.

Bolsonaro obteve uma grande vitória eleitoral em São Paulo, com a eleição de Tarcísio de Freitas. Mas não levou o Rio Grande do Sul, com a vitória do tucano Eduardo Leite, o primeiro ex-governador do estado a ser eleito pela segunda vez, que ferrou seu aliado de primeira hora, o ex-ministro Onyx Lorenzoni.

Com a grande votação e aliados importantes nos governos dos três maiores estados do Sudeste — São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais —, continua sendo a segunda maior liderança do país. Sua manifestação sobre o resultado das eleições, aguardada para hoje, é muito importante para a normalidade do processo democrático.

Problemas objetivos

A escolha feita pelo povo nas urnas precisa ser respeitada. Isso depende do candidato derrotado, mas sobretudo da força das instituições e da maioria da sociedade que deseja a volta à normalidade da vida nacional. Teremos um período de transição de dois meses, no qual a cooperação entre o atual governo e a equipe de transição do presidente eleito será fundamental. As sequelas da disputa eleitoral serão duradouras, mas as feridas precisam ser cicatrizadas aceleradas. A sociedade sangra com as disputas entre parentes e amigos, divergências que perdurarão, mas não comportam inimizades e violências.

A democracia tem dois pilares: a alternância de poder e o direito ao dissenso das minorias. É preciso respeitá-los, de um lado pelos que hoje estão no poder, de outro pelos que vão assumi-los.

Diante de uma grande encruzilhada, o país tem um longo caminho a seguir. Não se trata apenas do bem-estar imediato, por todos almejado, mas de construir um futuro melhor para as futuras gerações, diante de um mundo no qual as mudanças ocorrem numa velocidade que muitos não conseguem acompanhar.

Num cenário desses, a reação de muitos, quiçá até da maioria, tentar congelar o tempo ou fazê-lo andar para trás. Isso não é possível. As ideias reacionárias vêm de um passado imaginário, no qual os velhos problemas são apagados, como se não fossem os trilhos das mazelas atuais. Entretanto, os problemas que estão na esfera do comportamento, dos costumes, da tradição, das religiões são de ordem subjetiva.

Os grandes problemas nacionais são de ordem objetiva, estão na esfera da nossa realidade, impactada pela globalização da economia, pelas novas tecnologias, pelas novas formas de produção, pelos novos laços sociais. Nossa integração à economia mundial perde complexidade em termos de balança comercial. Nossa vocação natural de produtor de commodities de minérios e alimentos na divisão internacional do trabalho é uma vantagem estratégica, porém não basta para assegurar o nosso pleno desenvolvimento.

Temos graves deficiências de infraestrutura e é flagrante a deterioração do nosso padrão de urbanização. As abissais desigualdades sociais são agravadas pela precarização do trabalho e por nosso secular racismo estrutural. Velhas práticas políticas patrimonialistas, clientelísticas e fisiológicas, em contradição com o Estado democrático de direito e suas instituições, enfraquecem o nosso sistema político e corrompem os partidos. Ninguém enfrenta essas tarefas sozinho.